

continuação

22

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, que em 31 de dezembro de 2025 sendo o montante de R\$346 classificado como provável (R\$103 em 2024), R\$3.902 classificado como possível (R\$49 em 2024) e como remoto, R\$1.171 (R\$0 em 2024). São desconhecidos processos de natureza tributária ou cível que devam estar registrados ou divulgados nessas demonstrações financeiras. Julgamento STF – “Quebra” de decisões judiciais definitivas: Em 8 de fevereiro de 2023, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento dos Temeis 881 e 885 de repercussão geral, correspondentes aos Recursos Extraordinários nº 949.297 e 955.227, respectivamente, cuja temática é a possibilidade de cessação ou não da eficácia da coisa julgada em relações tributárias de trato contínuo, após suceder pronunciamento da Suprema Corte de forma contrária à decisão anteriormente obtida favoravelmente ao contribuinte. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A administração avaliou e concluiu que a Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras.

23

INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

	2025	2024
Resultado		
Ganho com reavaliação de ativo financeiro (NDF)	1.963	18.940
Perda com reavaliação de ativo financeiro (NDF)	(13.086)	(2.627)
Total	(11.123)	16.313

AE – Durante 2025, houve compra NDF de USD 133.615 milhões, realizou USD132 milhões e obteve uma perda de R\$11,5 milhões. Não realizou NDF de USD12,3 milhões e teve ganho não realizado no valor de R\$0,4 milhão baseada em uma marcação de mercado reconhecida em 31 de dezembro de 2025. Durante 2024, houve compra NDF de USD 188 milhões, realizou USD183 milhões e obteve um ganho de R\$15.855. Não realizou NDF de USD 11 milhões e teve perda não realizada no valor de R\$1.664 baseada em uma marcação de mercado reconhecida em 31 de dezembro de 2024.

24

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Gerenciamento dos riscos financeiros: A seguir o entendimento da administração da exposição para os seguintes riscos resultantes de

	Saldo Contábil	Fluxo Financeiro	Até três meses	De quatro a 12 meses	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2025						
Passivo de arrendamento	5.343	8.815	228	750	7.837	–
Fornecedores	50.568	50.568	49.367	1.201	–	–
Partes relacionadas	283.281	283.281	218.805	64.476	–	–
Adiantamento de clientes	3.355	3.355	3.355	–	–	–
Dividendos a pagar	20.212	20.212	–	20.212	–	–
	362.759	366.231	271.755	86.639	7.837	–

25

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA DE VALOR JUSTO E CONTÁBIL

O valor contábil dos principais instrumentos financeiros não diverge dos seus respectivos valores justos, e estão classificados a seguir:

	2025	2024	2025	2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia para mensuração a valor justo
Consolidado					
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	192.427	192.427	34.980	34.980	Nível 2
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 24)	802	802	427	427	Nível 3
Custo amortizado					
Contas a receber de clientes (Nota 6)	370.273	370.273	321.877	321.877	Nível 2
Partes relacionadas (Nota 14)	3.826	3.826	1.050	1.050	Nível 2
Outros ativos	5.106	5.106	4.265	4.265	Nível 2
	572.434	572.434	362.599	362.599	
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Fornecedores (Nota 12)	50.568	50.568	30.556	30.556	Nível 2
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	–	–	90.432	90.432	Nível 2
Passivo de arrendamentos (Nota 11)	5.343	5.343	2.911	2.911	Nível 2
Adiantamento de clientes	3.355	3.355	2.413	2.413	Nível 2
Partes relacionadas (Nota 14)	283.281	283.281	149.298	149.298	Nível 2
Dividendos a pagar (Nota 17)	20.212	20.212	8.483	8.483	Nível 2
Outros passivos	3.372	3.372	5.644	5.644	Nível 2
	366.131	366.131	289.737	289.737	

Hierarquia: A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento. O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; • Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e • Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

26

COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pelos departamentos técnicos e operacionais (DTO) para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

DIRETORIA

CONTADOR

Paulo Afonso Frias Trindade Junior

Fernando Luis Suehara

Presidente

Diretor Contábil e Fiscal – CRC ISP 239.225/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas da

ADATA Electronics Brazil S.A. – Santo Antônio de Posse-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da ADATA Electronics Brazil S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira ADATA Electronics Brazil S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente

se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou

representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 05 de março de 2026.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S. Ltda.

CRC-SP 027.623/F

Cristiane Cléria S. Hilário

Contadora

CRC-SP 243.766/O

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL
São Paulo

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/03/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS) e de outras providências. Pessoa jurídica se beneficia do PADIS onde fará jus a crédito financeiro calculado sobre o dispêndio efetivamente aplicado no trimestre anterior e atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação até 31 de dezembro de 2026. Em 2025 entrou em vigor a lei do NEW PADIS, a qual deixou de restringir a obrigação de investimento em tecnologia e inovação com base nas exportações, o que inclui as vendas para a ZFM (Zona Franca de Manaus), aumentando em cerca de dez vezes o volume praticado até 2024. Consequentemente, o Crédito Financeiro oriundo destes investimentos, aumentou na mesma proporção. Em decorrência do benefício mencionado acima, no resultado do período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou em suas informações financeiras individuais o montante de R\$70.265 (R\$15.611 em 2024), no grupo de receitas financeiras.

20 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	132.343	45.064
Imposto calculado com base em alíquotas de imposto local – 34%	(44.997)	(15.322)
Subvenção governamental (crédito financeiro – PADIS)	9.244	7.291
Lucro da exploração	10.383	–
Outras adições/exclusões temporárias e permanentes	21.211	883
Imposto diferido não constituído sobre prejuízos fiscais	3.623	1.637
Outros	(3.109)	879
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(3.645)	(4.632)
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(3.645)	(4.632)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	–	–
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(3.645)	(4.632)
Alíquota efetiva	3%	10%

21 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, porém de baixo volume e valores imateriais. Em 31 de dezembro de 2025 os processos prováveis totalizam R\$58 (R\$67 em 2024) e os possíveis somaram R\$59 (R\$0 em 2024). São desconhecidos processos de natureza tributária ou cível que devam estar registrados ou divulgados nessas demonstrações financeiras. **Julgamento STF – “Quebra” de decisões judiciais definitivas:** Em 8 de fevereiro de 2023, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 de repercussão geral, correspondentes aos Recursos Extraordinários nº 949.297 e 955.227, respectivamente, cuja temática é a possibilidade de cessação ou não da eficácia da coisa julgada em relações tributárias de trato continuado, após suceder pronunciamento da Suprema Corte de forma contrária à decisão anteriormente obtida favoravelmente ao contribuinte. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A administração avaliou e concluiu que a Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tornada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas da
ADATA Integration Brazil S.A.
Santo Antônio de Posse-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da ADATA Integration Brazil S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira ADATA Integration Brazil S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção rele-

vante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou

representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 05 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP 027.623/F

Cristiane Cléria S. Hilário
Contadora
CRC-SP 243.766/O

ADATA Integration Brazil S.A.

22 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	2025	2024
Resultado		
Ganho com reavaliação de ativo financeiro (NDF)	1.219	475
Perda com reavaliação de ativo financeiro (NDF)	(38)	–
	<u>1.181</u>	<u>475</u>

	2025	2024
Item	Valor	Valor
NDF* (Compra em USD/	Livro	nominal
Vende R\$)		
83.841	83.841	–

(*) NDF (Termo de moeda sem entrega física)

Em 2025 houve uma compra de NDF de USD 15,5 milhões ainda não realizados e obteve um ganho de R\$1.219. Em 2024 houve uma compra de NDF de USD 5 milhões, realizou USD 5 milhões e obteve um ganho de R\$475.

23 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Gerenciamento dos riscos financeiros: A seguir o entendimento da administração da exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de taxa de câmbio; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. **Gerenciamento dos riscos financeiros:** Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos políticos e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. A Administração da Companhia tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual está exposto para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. 1) *Risco de Crédito:* Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e distribuidores. Para reduzir este tipo de risco a Companhia realiza análise de crédito individual de seus clientes com base em análise potencial de vendas histórico de risco e inadimplência, dados das agências de risco e de mercado. 2) *Risco de taxa de câmbio:* Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de câmbio tendo em vista que as mercadorias vendidas são quase que na totalidade importadas. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros de proteção ao câmbio. A gestão do risco de taxa de câmbio é efetuada em conjunto com o risco de mercado por conta das alterações nos preços de mercado. A Companhia utiliza o monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Buscando manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre instrumentos financeiros. Monitorando também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis junto com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar. 3) *Risco de liquidez:* Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que

se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados e representa os fluxos esperados de desembolso efetivo (não descontado), desconsiderando eventuais exigências dos bancos pelos vencimentos antecipados.

	Saldo Contábil	Fluxo Financeiro	Até três meses	De quatro a 12 meses	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2025						
Empréstimos e financiamentos	188.530	203.000	4.060	12.180	103.530	83.230
Passivo de arrendamento	5.345	9.874	494	1.317	8.063	–
Fornecedores	113.524	113.524	112.750	189	585	–
Partes relacionadas	3.826	3.826	–	3.826	–	–
Dividendos a pagar	27.970	27.970	–	27.970	–	–
Outras contas a pagar	878	878	878	–	–	–
	<u>340.073</u>	<u>359.071</u>	<u>118.182</u>	<u>45.482</u>	<u>112.178</u>	<u>83.230</u>

4) *Risco de mercado:* Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado (tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações) impactem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

24 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA DE VALOR JUSTO E CONTÁBIL

O valor contábil dos principais instrumentos financeiros não diverge dos seus respectivos valores justos, e estão classificados a seguir:

	2025	2024			
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia para mensuração a valor justo
Consolidado					
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	30.347	30.347	3.803	3.803	Nível 2
Instrumentos financeiros derivativos	883	883	–	–	Nível 2
Custo amortizado					
Contas a receber de clientes (Nota 5)	432	432	213	213	Nível 2
Partes relacionadas (Nota 12)	283.193	283.193	149.298	149.298	Nível 2
Outros créditos	3.896	3.896	1.088	1.088	Nível 2
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Fornecedores (Nota 14)	113.524	113.524	11.680	11.680	Nível 2
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	188.530	188.530	104.287	104.287	Nível 2
Passivo de arrendamentos (Nota 10)	5.345	5.345	8.081	8.081	Nível 2
Partes relacionadas (Nota 12)	3.826	3.826	1.050	1.050	Nível 2
Dividendos a pagar (Nota 16)	27.970	27.970	7.780	7.780	Nível 2
Outras contas a pagar	878	878	472	472	Nível 2
Hierarquia: A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento. O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; • Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e • Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.					

25 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pelos departamentos técnicos e operacionais (DTO) para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

DIRETORIA	CONTADOR
Paulo Afonso Frias Trindade Junior Presidente	Fernando Luis Suehara Diretor Contábil e Fiscal – CRC ISP 239.225/O-1

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/03/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO:																			
Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da RCB Investimentos S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou lucro de R\$ 115.310.526 (R\$ 172.912.352 em 2024), Patrimônio Líquido de R\$ 130.974.118 (R\$ 113.770.929 em 2024) e Ativos Totais de R\$ 187.391.414 (R\$ 142.037.375 em 2024). A Companhia não realizou a antecipação de dividendos em 2025. Em 26 de fevereiro 2026, o conselho de administração aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 75.113.447. Em linha com as recentes alterações na legislação societária, reforçamos nosso compromisso com a transparência e a equidade de gênero. Nesse contexto, apresentamos informações detalhadas sobre a representatividade feminina em nossa estrutura organizacional, bem como indicadores de diversidade.																			
Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 10 de março de 2026. Diretoria RCB.																			
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores em Reais)																			
BALANÇOS PATRIMONIAIS										DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS									
2025					2024					2025					2024				
Ativo	Nota	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Passivo	Nota	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	# Homens	# Mulheres	% Mulheres	Rem. M/H				
Mulheres empregadas por níveis hierárquicos no Brasil																			
Aprendiz e Estagiários																			
21387%																			
Analistas																			
8816565%																			
Gestores																			
121148%																			
Líderes																			
6114%																			
Diretores Estatutários																			
300%																			
*Tabela elaborada de acordo com a Política de Diversidade, Equidade e Inclusão da organização.																			
Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou lucro de R\$ 115.310.526 (R\$ 172.912.352 em 2024), Patrimônio Líquido de R\$ 130.974.118 (R\$ 113.770.929 em 2024) e Ativos Totais de R\$ 187.391.414 (R\$ 142.037.375 em 2024). A Companhia não realizou a antecipação de dividendos em 2025. Em 26 de fevereiro 2026, o conselho de administração aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 75.113.447. Em linha com as recentes alterações na legislação societária, reforçamos nosso compromisso com a transparência e a equidade de gênero. Nesse contexto, apresentamos informações detalhadas sobre a representatividade feminina em nossa estrutura organizacional, bem como indicadores de diversidade.																			
Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 10 de março de 2026. Diretoria RCB.																			
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores em Reais)																			
BALANÇOS PATRIMONIAIS										DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS									
2025					2024					2025					2024				
Ativo	Nota	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Passivo	Nota	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Nota	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora			
Circulante																			
Caixa e equivalentes de caixa	9	161.855.997	86.106.984	116.497.010	1.433.519	Prestadores de serviços	18	407.981	111.864	435.682	103.011								
Contas a receber de clientes	10	7.320.072	-	6.552.271	-	Obrigações trabalhistas	19	17.532.020	2.740.162	14.341.779	2.338.370								
Pagamentos antecipados	11	176.427	3.228	98.958	54.539	Obrigações fiscais e tributárias	20	32.805.824	92.300	10.904.490	10.022								
Impostos a recuperar	12	199.246	198.753	205.780	205.157	Outros débitos	21	183.763	-	436.916	-								
Outros créditos	13.a	5.195.680	14.470	7.031.659	1.146.209	Outras provisões	22	2.784.986	38.819	455.368	18.912								
Dividendos a receber		-	-	94.100.000	-	Arrendamento a pagar	23.a	1.516.740	320.644	1.306.738	337.822								
		174.747.421	86.323.435	130.385.677	96.939.423			55.231.315	3.303.790	27.880.972	2.808.137								
Não Circulante																			
		-	-	-	-	Arrendamento a pagar	23.b	1.185.981	-	385.475	317.733								
		-	-	-	-			1.185.981	-	385.475	317.733								
Patrimônio líquido																			
		-	-	-	-	Capital social	24.a	13.824.647	13.824.647	13.783.593	13.783.593								
		-	-	-	-	Reserva de Capital	24.b	266.859	266.859	266.859	266.859								
		-	-	-	-	Reserva legal	24.c	2.764.929	2.764.929	2.756.719	2.756.719								
		-	-	-	-	Reserva de Retenção de Lucros	24.d	36.400.001	36.400.001	10.633.293	10.633.293								
		-	-	-	-	Opção de Ações	24.e	2.604.236	2.604.236	5.292.768	5.292.768								
		-	-	-	-	Dividendos Propostos		75.113.447	75.113.447	81.037.698	81.037.698								
		-	-	-	-			130.974.118	130.974.118	113.770.929	113.770.929								
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-														
		-	-	-	-	</													

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/03/2026



continuação

qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em

RCB Investimentos S.A.

conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar

dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-014428/O-6

Vinicius Maximo
Contador CRC SP-285464/O-0

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL

São Paulo

... continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13/02/2026 da Pet Center Comércio e Participações S.A. daquelas para fins judiciais, deverão ter um período máximo de validade de 1 (um) ano. Parágrafo Segundo. Na ausência de determinação de período de validade nas procurações outorgadas pela Companhia, presumir-se-á que as mesmas foram outorgadas pelo prazo de 1 (um) ano. Parágrafo Terceiro. A Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador (i) quando houver expressa autorização pela Diretoria para o caso específico, autorização esta que deverá ser deliberada em reunião de Diretoria e consubstanciada em ata própria; e (ii) quando se tratar de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas, sociedades de economia mista, Secretaria da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estaduais, Secretarias das Fazendas Municipais, Juntas Comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores e outros de idêntica natureza e Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Artigo 20. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral de Acionistas ou pelo Conselho de Administração, conforme aplicável. Artigo 21. As reuniões da Diretoria serão convocadas por qualquer dos Diretores, sempre que o interesse social assim exigir, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos dos presentes. **Conselho Fiscal.** Artigo 22. O Conselho Fiscal funcionará em caráter não permanente e somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos Acionistas, nos termos da legislação aplicável. Artigo 23. O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos de mandato previstos em lei. Parágrafo Único. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral que os elegeu. Artigo 24. Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras. **Exercício Social e Lucros.** Artigo 25. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados. Parágrafo Primeiro. Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. Parágrafo Segundo. Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do Art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. Parágrafo Terceiro. O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, observada a legislação aplicável. Parágrafo Quarto. A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido. Parágrafo Quinto. Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus Acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Parágrafo Sexto. As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas anualmente por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. **Liquidação.** Artigo 26. A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante. **Alienação de Controle.** Artigo 27. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obriga a realizar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante. Parágrafo Primeiro. Em caso de alienação indireta do controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor. Parágrafo Segundo. Para os fins deste Artigo 27, entende-se por “controle” e seus termos correlatos o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. **Reestruturação Societária.** Artigo 28. Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral que deliberou a referida reorganização. Parágrafo Único. Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das ações em circulação da Companhia presentes na assembleia geral deverão dar anuência a essa estrutura. **Saída Voluntária do Novo Mercado.** Artigo 29. Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre OPA para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações. Parágrafo Único. A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste Artigo 29, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado. **Solução de Disputas.** Artigo 30. A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, quaisquer conflitos societários, incluindo, mas não se limitando a, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado. **Disposições Finais.** Artigo 31. Em tudo o que for omissso o presente Estatuto Social, serão aplicadas a Lei das Sociedades por Ações, o Regulamento do Novo Mercado e as demais disposições legais pertinentes. Artigo 32. Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes será por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral. Artigo 33. As disposições contidas nos Parágrafos 1º e 2º do Artigo 1º, item (xii) do Artigo 11, Parágrafos 1º e 2º do Artigo 12, Parágrafo 1º e 2º do Artigo 13, item (xxiii) do Artigo 16, Artigo 27, Artigo 28, Artigo 29, Artigo 30 somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 91.565/26-1 em 12/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/03/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



